



Número: **0801366-06.2017.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **28/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8924255	28/07/2017 11:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8924278	28/07/2017 11:02	<a href="#">Inicial</a>	Outros Documentos
8924336	28/07/2017 11:02	<a href="#">Quesitos-Perícia</a>	Documento de Comprovação
8924352	28/07/2017 11:02	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
8924369	28/07/2017 11:02	<a href="#">Declaração de Hipossuficiência</a>	Documento de Comprovação
8924382	28/07/2017 11:02	<a href="#">CTPS</a>	Documento CTPS
8924386	28/07/2017 11:02	<a href="#">RG-CPF</a>	Documento de Identificação
8924448	28/07/2017 11:02	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
8924473	28/07/2017 11:02	<a href="#">Pagamento de Indenização</a>	Documento de Comprovação
8924481	28/07/2017 11:02	<a href="#">Boletim de Atendimento Médico</a>	Documento de Comprovação
8924497	28/07/2017 11:02	<a href="#">Consulta Processual</a>	Documento de Comprovação
9192787	15/08/2017 12:45	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10130438	08/10/2017 16:01	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
10555430	01/11/2017 16:10	<a href="#">Petição</a>	Petição
10555513	01/11/2017 16:10	<a href="#">Emenda da Inicial- Antônio Agostinho</a>	Outros Documentos
10555529	01/11/2017 16:10	<a href="#">PROCURAÇÃO À ROGO- ANTÔNIO AUGUSTINHO</a>	Procuração
10556997	01/11/2017 16:56	<a href="#">Petição</a>	Petição
10557034	01/11/2017 16:56	<a href="#">procuração À rogo</a>	Procuração
14936096	06/08/2018 22:50	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

18463 669	19/12/2018 15:52	<a href="#">Petição</a>	Petição
18463 711	19/12/2018 15:52	<a href="#">Petição - Antônio Agostinho</a>	Outros Documentos
27683 244	27/01/2020 23:04	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
30630 865	13/05/2020 15:12	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
30630 870	13/05/2020 15:12	<a href="#">Recurso de Apelação - Antonio Agostinho de Sousa</a>	Apelação
31780 811	24/06/2020 17:06	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS..





AO JUÍZO DA \_\_\_\_ VARA DA COMARCA DE ITAPORANGA/ PB.

**ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 1.603.018, SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.401.144-49, residente e domiciliado na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, por seu procurador *infra-assinado*, conforme Instrumento de Mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com base na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, nos termos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil**, propor a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e direito a seguir aduzidos:

---

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





## I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, ressalta-se que a parte Autora, temporariamente, não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, por ser pobre da forma da Lei, conforme Declaração de Pobreza e CTPS em anexo.

Assim, desde já REQUER a Vossa Excelência, a compreensão da situação, para que conceda os benefícios da Justiça Gratuita à parte Autora, uma vez que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de custas e despesas com o processo, além de honorários advocatícios, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

## II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

A parte Autora fora vítima de **acidente de trânsito** causado por veículo automotor em **12/12/2014**, consoante **Boletim de Ocorrência** em anexo, estando o referido automóvel garantido pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

Em consequência do citado evento danoso, a parte Autora sofreu diversas lesões e traumas, conforme demonstrado pelo **Boletim de Atendimento Hospitalar**, a ensejar o pagamento da indenização instituído pela Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, que trata do Seguro Obrigatório DPVAT.

Desta forma, a parte Autora formulou perante a Seguradora Ré, pedido de indenização por invalidez permanente, a qual se refere o Seguro Obrigatório DPVAT, quando então, recebeu a importância de **R\$ 1.687,50** (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme anexo, **em desconformidade com a citada Lei, como restará comprovado durante a instrução processual através da Prova Pericial**, desde já requerida.

Como é sabido, o DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres criado pela Lei nº 6.194/74, com o fim de amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional, e prevê indenizações em caso de morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de despesas de assistência médica e suplementares, cujo valor máximo da indenização prevista no art. 3, inciso II, da Lei nº 6.194/74, está fixado em **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

**Ademais, cumpre esclarecer que o Autor ingressou com a presente demanda em 09/09/2015, na 1ª Vara de Itaporanga/PB, nº 0001387-83.2015.815.0211, quando então, o processo foi extinto sem resolução do mérito, razão pela qual a parte autora interpõe a presente demanda nesse juízo.**

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





No caso, a parte Autora visa obter do Poder Judiciário a condenação do Réu ao pagamento de indenização correspondente a diferença do Seguro Obrigatório DPVAT que lhe foi pago administrativamente, fora dos parâmetros consignados na Lei nº 6.194/74, a ser apurado em perícia judicial.

Sendo certo, que a indenização ora pleiteada deverá ser paga com base no valor vigente a época da ocorrência, **bastando para tanto à simples demonstração do acidente (Boletim de Ocorrência expedido pela Autoridade Policial) e do respectivo dano (Lesões/Traumas – Boletim de Atendimento Hospitalar e Pagamento PARCIAL de Indenização pelo Réu)**, como preceitua o art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74.

Noutro giro, quanto a **correção monetária é devida desde a data do evento danoso**, como já assentou o **Superior Tribunal de Justiça**, enquanto que os **juros moratórios** são devidos desde a data da CITAÇÃO do Réu, nos termos da **Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça**.

### III – DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está previsto na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, está última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da **LESÃO** sofrido pela parte Autora e da respectiva **REPERCUSSÃO (GRAU)**, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTIRÕES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, **motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito**.

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu **desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC**.

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





#### IV – DOS PEDIDOS

**Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:**

**a)** Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c o artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

**b)** Seja determinada a citação do Réu, pelo Correio, nos termos do art. 247 do CPC, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a teor do art. 344 do Código de Processo Civil;

**c)** Ao final, seja julgado **PROCEDENTE** a ação, para condenar o Réu ao pagamento complementar da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT, apurado através da Perícia Judicial (art. 324, § 1º, II, CPC), acrescido de correção monetária desde a ocorrência do evento danoso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, tudo com arrimo na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores e súmula 426 STJ;

**d)** Requer, ainda, seja o Réu condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil.

#### V – DAS PROVAS (PROVA PERICIAL)

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, a documental, testemunhal e, especialmente **realização de perícia médica para verificação das lesões/traumas sofridos pela parte Autoria e a respectiva repercussão (grau), em decorrência do referido acidente de trânsito, na forma do art. 3º, II, § 1º, I, da Lei nº 6.194/74**, o que desde já fica requerido, devendo os **QUESITOS** em anexo serem respondidos pelo perito nomeado por esse Juízo, sob pena de nulidade, **nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil**.

#### VI – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) .

**NESTES TERMOS,  
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**

Itaporanga/ PB, 26 de Julho de 2017.

**HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO**  
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





**RAFAELA MAGALHÃES DE CARVALHO**  
Estagiária/CPF: 084.759.764-41

---

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com



Assinado eletronicamente por: HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO - 28/07/2017 11:00:20  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17072810533307600000008735112>  
Número do documento: 17072810533307600000008735112





## QUESITOS – PERÍCIA

### PARTE AUTORA: ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA

Queira o Sr. Perito esclarecer, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009, os seguintes QUESITOS:

**1 – Em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve Lesões no Membro Inferior Direito ?**

**2 – Em caso positivo, a Lesão ou as Lesões são Temporárias ou Permanentes?**

**3 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?**

**4 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?**

**5 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?**

**6 – Independente do quesito exposto no item “1”, em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve algum outro tipo Lesão?**

**7 – Em caso positivo, qual tipo de Lesão ocorreu?**

**8 – Em caso de ter havido Lesão, ela é temporária ou permanente?**

**9 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?**

**10 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?**

**11 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?**

---

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, natural de Itaporanga/PB, solteiro, agricultor, portador do RG Nº 1.603.018, SSP/PB e CPF Nº 953.401.144-49, residente na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB; através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado;

**OUTORGADO:** HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob nº 25.252 – D, Fone/Fax: (87) 3846-1036.

**PODERES:** a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula “ad judicia et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defende-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, também, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitações, levantar alvarás, agindo separada ou conjuntamente, podendo subestabelecer no presente mandato, com ou sem reserva de poderes.

ITAPORANGA/PB, 26 de Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA

Testemunhas:  
x Rafaela Magalhães de Carvalho - RG: 8031553.  
x Someres da Costa Alvarez - RG: 8989893.



### DECLARAÇÃO

Eu, ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 1.603.018, SSP/PB e CPF nº 953.401.144-49, residente na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB.

**Declaro**, com base na Lei 7.115, de 29.08.1983, e para finalidades do disposto no Art. 4º, da Lei 1.060, de 05.02.1950, e Constituição Federal, Art. 5º, LXXIV, **que nesse momento**, não posso arcar com as custas e despesas desse processo, bem como honorários advocatícios, sem sacrifício próprio e de minha família, responsabilizando-me integralmente pelo conteúdo da presente declaração.

Itaporanga/PB, 26 de Agosto de 2015.

### DECLARANTE

Assinaturas:

- x Rafael Menezes de Carvalho RG: 8031553.
- x Someres da Costa Burek RG: 8989893.





MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto



**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Número **63665** Série **00013 PB**



Polegada Direita.



CTPS-RECADASTRADA

ASSINATURA DO PORTADOR

8 **QUALIFICAÇÃO CIVIL**

Nome Antonio Agostinho de Sousa

Loc. Nasc. Itaperianga

Est. Pernambuco Data 04.01.1971

Filiação José Agostinho de Sousa e Maria da Conceição de Sousa

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 997

Fls. 35 Liv. A-03 Reg. Civil quase

Outro doc. ....

Situação Militar: Doc. C. A. Militar

Nº 090641 Órgão PM 23 Est. PB

Naturalizado Doc. Nº ..... Em ...../...../.....

**ESTRANGEIROS**

Chegada ao Brasil em .....

Doc. Ident. Nº ..... Exp. em ...../...../.....

Estado .....

Obs. ....

Data Emissão 20.08.90 DRT-23 Itap PB

Assinatura do Funcionário

Maria de Lourdes André

9 **ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE**  
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....

Doc. ....

Nome .....

Doc. ....

Nome .....

Doc. ....

Est. Civil .....

Doc. ....

Est. Civil .....

Doc. ....

Nascimento .....

Doc. ....





1070700770001 6U

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: Construtora Pedra Bonita Ltda.  
 Av. João Domingos, 221  
 Rua: Miramar - CEP 58.043 N°  
 Município: JOÃO PESSOA - PB  
 Esp. do estabelecimento: Construtora  
 Cargo: SENEAL

C.B.O. n°  
 Data admissão: 11 de Novembro de 1993  
 Registro n°: 15.521,11  
 Remuneração especificada: R\$ 15.521,11  
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-  
 preiteiro ou produção; nas atividades realizadas p/ unidade de tem-  
 po, contrato p/ prazo determinado. Saída da Carta 96

Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 SÓCIO GERENTE

1º: 1º de 1993  
 2º: 2º de 1993  
 Data saída: 11 de Novembro de 1993  
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 Sivaldo Pinto Brandão  
 SÓCIO GERENTE

Com. Dispensa CD N°

CONTRATO DE TRABALHO

13

Empregador: CIA. AGRO-PASTORIL DO  
 RIO GRANDE  
 23.278.914/0001-14  
 CGC/ME: 23.278.914/0001-14  
 Rua: Foz. Rio Grande  
 Município: PASSOS  
 Esp. do estabelecimento: AGRICULTURA  
 Cargo: RORICOLA RORICAL

C.B.O. n°  
 Data admissão: 19 de Julho de 1996  
 Registro n°: 19963  
 Remuneração especificada: R\$ 0,9018 p/ hora  
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-  
 preiteiro ou produção; nas atividades realizadas p/ unidade de tem-  
 po, contrato p/ prazo determinado. Saída da Carta 96

Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 DEPTO. PESSOAL

1º: 1º de 1996  
 2º: 2º de 1996  
 Data saída: 19 de Julho de 1996  
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 DEPTO. PESSOAL

Com. Dispensa CD N°

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: 10.670.982/0002-63  
 Nova Fronteira Agrícola S.A.  
 CGC/ME: Projeto Curacá Lote 417  
 Rua: CEP 48900-000 Juazeiro-BA  
 Município: Juazeiro-BA  
 Esp. do estabelecimento: Rural Sabido  
 Cargo: Rural Sabido

C.B.O. n°  
 Data admissão: 11 de Setembro de 1998  
 Registro n°: 005803  
 Remuneração especificada: R\$ 405,00  
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-  
 preiteiro ou produção; nas atividades realizadas p/ unidade de tem-  
 po, contrato p/ prazo determinado. Saída da Carta 96

Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 Enc. Depto. Pessoal

1º: 1º de 1998  
 2º: 2º de 1998  
 Data saída: 11 de Setembro de 1998  
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 Enc. Depto. Pessoal

Com. Dispensa CD N°

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: 10.670.982/0002-63  
 Nova Fronteira Agrícola S.A.  
 CGC/ME: Projeto Curacá Lote 417  
 Rua: CEP 48900-000 Juazeiro-BA  
 Município: Juazeiro-BA  
 Esp. do estabelecimento: Rural Sabido  
 Cargo: Rural Sabido

C.B.O. n°  
 Data admissão: 24 de Julho de 1999  
 Registro n°: 005939  
 Remuneração especificada: R\$ 475,00  
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-  
 preiteiro ou produção; nas atividades realizadas p/ unidade de tem-  
 po, contrato p/ prazo determinado. Saída da Carta 96

Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 Enc. Depto. Pessoal

1º: 1º de 1999  
 2º: 2º de 1999  
 Data saída: 24 de Julho de 1999  
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.  
 Enc. Depto. Pessoal

Com. Dispensa CD N°



Empregador.....

QUEIROZ GALVAO ALIMENTOS S/A  
 ROD. BR 122 KM 174, S/N  
 PETROLINA - PE CNPJ 04.899.037/0006-09  
 Esp. Estabelecimento FRUTICULTURA  
 CARGO TRAB. NUNAL CBO 621005 06-028014

Data Admissão 23 de Março de 2011

Registro No. 715/Ficha

Remuneração R\$ 560,00 ( QUINHENTOS E SEXTENTA REAL  
 S) POR MES

06-028014

Queiroz Galvão Alimentos S/A

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída de ..... de 19.....

1988-Data Exatidão de S. Cateador.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Queiroz Galvão Alimentos S/A

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº ..... 3º .....

Empregador.....

CGC/MF.....

Rua ..... Nº.....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

C.B.O. nº.....

Data admissão ..... de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Empregador.....

CGC/MF.....

Rua ..... Nº.....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

C.B.O. nº.....

Data admissão ..... de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Empregador.....

CGC/MF.....

Rua ..... Nº.....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

C.B.O. nº.....

Data admissão ..... de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19.....

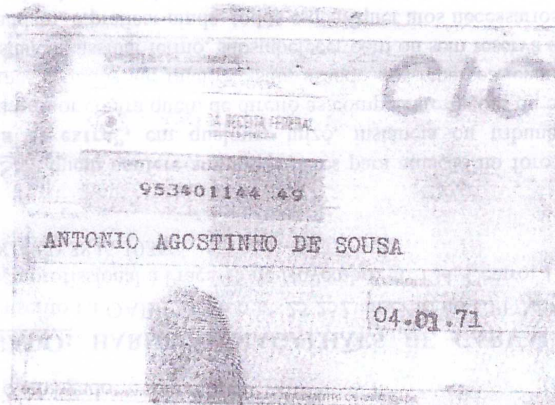
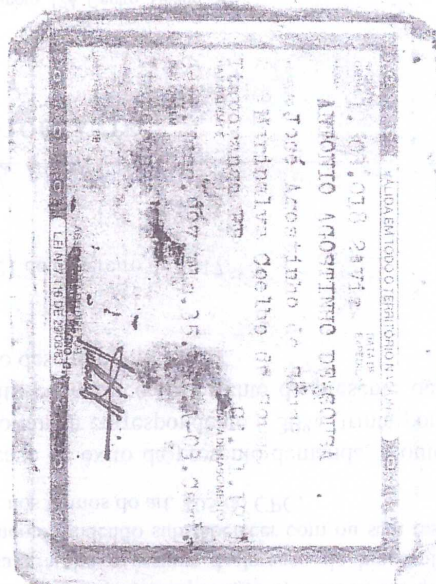
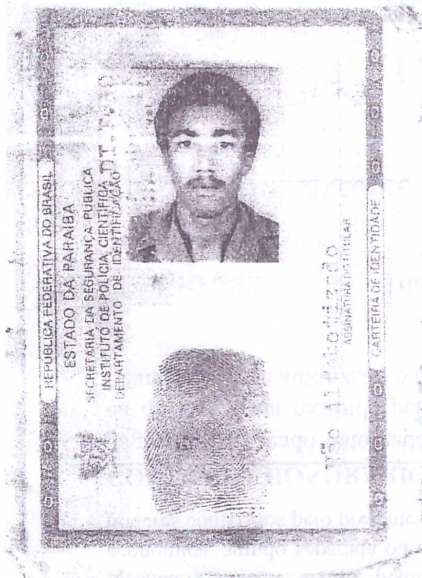
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....









**BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL**

Nº 154 / 2015

**NATUREZA DA Ocorrência:** Acidente de Trânsito

**DATA DO FATO:** 12 / Dezembro / 2014

**HORAS:** 8hs

**Sob a responsabilidade do Del. Pol:** Cristiano dos Santos Santana

Notificante / vítima:

ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA, natural de Itaperanga-PB, Solteiro, Agricultor, nascido no dia 04.01.71, filho de José Agostinho de Sousa e Marinalva Coelho de Sousa, RG 1.603.018/PB e CPF 953.401.144-49, residente na Rua Mãe Burrego nº.206 centro de Itaperanga/PB.

**HISTÓRICO DO FATO**

O (a) notificante, após ciente das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o **SEGUINTE:** Que no dia 12/12/2014, por volta das 8hs da manhã, ia saindo do Posto de Gasolina 'JAMACI', centro de Itaperanga/PB, pilotando a motocicleta YAMAHA/YBR125 FACTOR KI, COR PRETA ANO DE FAB.2014/2015, PLACA QFF4918/PB e CHASSI Nº.9C6KE1950F0033526, licenciada em nome de COSMO SOARES PEREIRA e ao tentar desviar de outra moto perdeu o controle e caiu ao solo, sendo socorrido por amigos para o Hospital Distrital de Itaperanga-PB.

Itaperanga, 19 / Fevereiro / 2015

Notificante / Testemunha Arrogada

Francisco Silva Rodrigues  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 60.265-5





Acompanhe o processo de indenização - Seguro DPVAT - O seguro do trânsito

VÍTIMA ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MBM SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

CPF/CNPJ: 95340114449

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

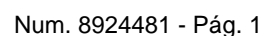
Data de liberação do pagamento: 07/04/2015

Fique atento: o prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data da liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
07/04/2015	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



CARACTER DO ATENDIMENTO	
<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO	
<input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA	
<input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA	
<input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO	
<input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS	
PROCEDIMENTO - descrição: <i>Tratamento de ferimento</i>	
DIAGNÓSTICO: <i>Tratamento de ferimento</i>	
CID-10: _____	
MEDICAÇÃO: <input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2. APLICADA	EXAMINAMENTO: <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO: 1. [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] 2. [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] 3. [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]	
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(S) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S) <i>Marcelo Lopes de Souza</i> <i>Clara Costa</i> <i>CRM 2017</i>	
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL <i>[assinatura]</i>	ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO
ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO	ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO





HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO  
RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Prontuario: 19157

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO

Data/Hora 12/12/2014 14:10:1

Servidor do Dr.:

Paciente ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Idade:43 Sexo

Filiação

Pai: JOSE AGOSTINO DE SOUSA

Mãe: MARINALVA COELHO DE SOUSA

Endereço

Cidade: ITAPORANGA - PB - 58780-000 - 2507002

Endereço: MAE BURREGO

Bairro: CENTRO

N.: 206

Naturalidade: ITAPORANGA - PB

Fone: (83)9967-2317

Documentos

CNS: 209-9542-6052-0006

Identidade:

CPF:

Reg. Nasc.:

Informações adicionais

Nascimento: 4/1/1971

Cor: PARDA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: AGRICULTOR(A)

Responsável:

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico:

Motivo da Alta:

Recepcionista: Ingrid





**Dr. Joaquim Vieira Diniz**  
**Clinica Médica – CRM-2243**

**Relatório médico**

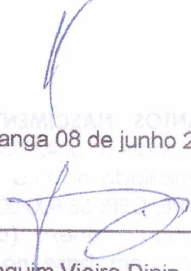
O paciente **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA** sofreu acidente de moto no dia 12/012/2014, com fratura do pé e joelho direito.

Realizada redução das fraturas com imobilização gessada.

No momento apresenta-se com dor e limitação nos movimentos do pé e joelho direito.

Encontra-se de alta médica a partir desta data 06/06/2015.

Itaporanga 08 de junho 2015.

  
Dr. Joaquim Vieira Diniz  
CRM- 2243





## Processo

Nº Processo: 0001387-83.2015.815.0211  
Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO  
Status: BAIXADO  
Localizador: BAIXADO  
Vara: 1A. VARA DE ITAPORANGA  
Distribuição: 09/09/2015  
Valor Ação: R\$5.400,00

## Assuntos:

SEGURO

## Movimentações:

	Data :	Descrição :
1	07/10/2016	BAIXA DEFINITIVA 07/10/2016 09:40 TJEITMO
2	07/10/2016	TRANSITADO EM JULGADO EM 15/09/2016
3	24/08/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO CERTIDAO 24/08/2016 INTIMACAO-CARTORIO-ADVOGADO
4	24/08/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO CERTIDAO 24/08/2016 REGISTRO-SENTENCA
5	24/08/2016	PUBLICADO 22/07/2016 SENTENCA RETRO
6	22/07/2016	INDEFERIDA A PETICAO INICIAL 22/07/2016
7	27/06/2016	CONCLUSOS PARA DESPACHO 27/06/2016
8	17/06/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO CERTIDAO 17/06/2016
9	31/03/2016	PROVIMENTO DE AUDITAGEM 31/03/2016 MAR/2016
10	13/10/2015	JUNTADA DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 13/10/2015
11	08/10/2015	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 08/10/2015 NF 131/1
12	06/10/2015	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 06/10/2015
13	05/10/2015	CONCLUSOS PARA DESPACHO 05/10/2015
14	09/09/2015	DISTRIBUIDO POR SORTEIO 09/09/2015 TJEITD1

Os resultados apresentados são de caráter informativo, não substituindo avisos ou intimações publicados no Diário da Justiça.

Consultas ao Telejudiciário através do telefone: (83) 3621-1581





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Itaporanga**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

**DESPACHO**

Vistos *etc.*

Intime-se o promovente, por seu procurador, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, a fim de juntar instrumento procuratório público, tendo em vista que a procuração outorgada por pessoa não alfabetizada (documento de identidade colacionada nos autos) deve ser formalizada por instrumento público<sup>1</sup>, sob pena de indeferimento da peça inicial, nos termos dos art. 320, 321 e o seu parágrafo único, todos do CPC.

Itaporanga-(PB), data e assinatura digitais.

**Francisca Brena Camelo Brito**  
**Juíza de Direito Substituta**

<sup>1</sup> EMENTA: APELAÇÃO. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO. AUTOR ANALFABETO. PROCURAÇÃO PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO. INÉRCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. Não se conhece do Recurso interposto por intermédio de advogado com procuração particular quando o Autor é analfabeto, e que apesar de intimado, nos termos do art. 13, do CPC, mantém-se inerte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002702720128150061, - Não possui -, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 24-11-2014)



**ATO PROCESSUAL DE INTIMAÇÃO VIA SISTEMA**

**INTIMO** a parte autora, através do(a) seu(sua) advogado(a) e via sistema, para emendar a inicial no **prazo de 15 (quinze) dias**, conforme a decisão constante no evento imediatamente abaixo.

Itaporanga/PB, 8 de outubro de 2017

De ordem, FRANCISCO DE ASSIS TELECIO LACERDA  
Analista/Técnico Judiciário.



EMENDA DA INICIAL E PROCURAÇÃO EM ANEXO.







AO JUÍZO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO nº : 0801366-06.2017.8.15.0211

SEGURO OBRIGATÓRIO "DPVAT"

**ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUZA**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador *devidamente constituído*, vem a presença de Vossa Excelência expor para ao final requer o que se segue.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório "DPVAT", movida pela parte Autora em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, objetivando complementação do valor que lhe foi pago administrativamente a menor, em desconformidade com a Lei.

Nesse contexto, através do despacho de id. 9192787, o Douto Magistrado determinou a emenda da inicial para no prazo de 15 (quinze) dias juntar aos autos instrumento procuratório público.

Contudo, não é razoável exigir da pessoa não alfabetizada que, apenas, possa outorgar procuração ad judicia mediante instrumento público, como, aliás, decidiu o **CNJ no Procedimento de Controle Administrativo - 0001464-74.2009.2.00.0000**:

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINSTRATIVO. PROCURAÇÃO OUTORGADA POR ANALFABETO. DESNECESSIDADE DE INSTRUMENTO PÚBLICO. PEDIDO PROCEDENTE. 1. Não se mostra razoável exigir que a procuração outorgada por pessoa analfabeta para atuação de advogado junto à Justiça do Trabalho seja somente por instrumento público, se a legislação (art. 595 do Código Civil) prevê forma menos onerosa e que deve ser aplicada analogicamente ao caso em discussão. 2. Procedimento de Controle Administrativo julgado procedente para recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região que adote providências no sentido de reformar a primeira parte do art. 76 do Provimento 05/2004, de modo a excluir a exigência de que a procuração outorgada por analfabeto o seja somente por instrumento público.(CNJ - PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0001464-74.2009.2.00.0000 - Rel. Leomar Amorim - 102ª Sessão - j. 06/04/2010 ).**

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





**Assim, embora seja possível a outorga de poderes por pessoa não alfabetizada a procurador mediante instrumento particular, mostra-se imprescindível o cumprimento das exigências contidas no art. 595 do Código Civil, ou seja, o instrumento de mandato deve estar assinado a rogo e subscrito por 02 (duas) testemunhas.**

A propósito, veja no entendimento firmado pelos **Tribunais** pátrios, pelo que peço vênica para transcrever o seguinte julgado:

**“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. PROCURAÇÃO OUTORGADA POR ANALFABETO. DESNECESSIDADE DE INSTRUMENTO PÚBLICO REGISTRADO PARA FINS MERAMENTE DECLARATÓRIOS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. RECURSO REPETITIVO DO STJ (1.349.453/MS) FALTA DE INTERESSE DE AGIR. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A Lei não exige o instrumento público para procuração outorgada por analfabeto, ao revés, o Código Civil, em seu art. 595, reputa válido o instrumento particular quando assinado a rogo e subscrito por 2 (duas) testemunhas.2. Fere o princípio de acesso ao judiciário e o sentido social da prestação jurisdicional a exigência de instrumento público para procuração em virtude do analfabetismo de parte reconhecidamente pobre na forma da Lei pela própria sentença recorrida. Formalismo excessivamente oneroso, o qual a parte não está obrigada a suportar. [...](Apelação nº 0000898-89.2014.8.17.0190(0434876-7. RELATOR: Frederico Ricardo de Almeida Neves. ORGAO JULGADOR: 1ª Câmara Cível. DATA JULGAMENTO: 30/08/2016. DATA PUBLICACAO:13/10/2016) (g.n.)**

**Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência a juntada da Procuração à Rogo, nos termos do art. 595 do Código Civil, bem como seja recebida a inicial para dar prosseguimento ao feito.**

**Nestes termos,**

**Pede e espera deferimento.**

Itaporanga/PB, 27 de Outubro de 2017.

**HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO**

**OAB/PE 25.252**

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 1.603.018 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.401.144-49, residente e domiciliado na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

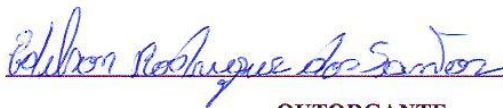
**OUTORGADO:** HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.542.024-56, com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 124, Centro, Triunfo – PE, CEP: 56.870-000 - PABX: (87) 3846.1036.

**PODERES:** a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula “ad judicium et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

Não assinado o outorgante por não o poder fazer, conforme declarou, estando a seu rogo assinado por **EDILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Cédula de identidade nº 5.652.161, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.247.064-09, residente e domiciliado na Rua Manoel Pereira Caiana, nº 58, centro, Itaporanga/PB.

Itaporanga/PB, 01 de 11 de 2017.



OUTORGANTE



### TESTEMUNHAS:

1º  \_\_\_\_\_  
2º \_\_\_\_\_

**AO JUÍZO DA 1ª MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.**

**PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

**ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador devidamente constituído, conforme procuração anexa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência **REQUERER** a desconsideração da procuração registrada sob o id. 10555529, tendo em vista ter sido anexada equivocadamente, razão pela qual segue em anexo a procuração à rogo nos termos do art. 595 do Código Civil.

**NESTES TERMOS,  
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**  
Itaporanga/PB, 01 Novembro de 2017.

**HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO**  
**OAB/PE 25.252**







### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 1.603.018 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.401.144-49, residente e domiciliado na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

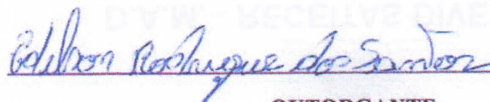
**OUTORGADO:** HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.542.024-56, com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 124, Centro, Triunfo - PE, CEP: 56.870-000 - PABX: (87) 3846.1036.

**PODERES:** a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

Não assinado o outorgante por não o poder fazer, conforme declarou, estando a seu rogo assinado por **EDILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Cédula de identidade nº 5.652.161, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.247.064-09, residente e domiciliado na Rua Manoel Pereira Caiana, nº 58, centro, Itaporanga/PB.

Itaporanga/PB, 01 de 11 de 2017.

  
OUTORGANTE



### TESTEMUNHAS:

1º Aldione Nunes Niana Santos  
2º Samir da Costa Cruz

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036





**Poder Judiciário da Paraíba  
1ª Vara Mista de Itaporanga**

**PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801366-06.2017.8.15.0211**

**DECISÃO**

Vistos *etc.*

Em que pese as veneráveis alegações da parte autora, o TJPB têm entendimento firme no sentido de que a procuração outorgada por analfabeto deve se dar mediante instrumento público. Vejamos o acórdão recente do nosso Egrégio Tribunal:

APELAÇÃO CÍVEL. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RELAÇÃO CONTRATUAL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. AUTOR ANALFABETO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO. INÉRCIA. DEFEITO NÃO SANADO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PREJUDICADO. A representação processual de pessoa não alfabetizada deve ser feita por procuração pública, sendo inaceitável o mandato particular, ainda que assinado a rogo, se não está revestido na forma pública. Inteligência dos artigos 37, § 1º, da Lei 6.015/73 c/c art. 104, III e art. 166, IV, do Código Civil. A irregularidade na representação processual constitui vício sanável, de modo que compete ao magistrado conceder prazo para que a parte regularize (art. 13, CPC/73). Verificada irregularidade na representação do apelante e não regularizado o vício no prazo concedido, o recurso interposto não pode ser conhecido por ausência de pressuposto processual. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009056320148150311, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 24-10-2017)

Logo, não acolho o pedido de ID 10555513.

Assim, verificada a incapacidade processual/ irregularidade da representação da parte, suspendo o feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. Intime-se o promovente, por seu procurador, para, em igual prazo, regularizar a representação, **anexando o respectivo instrumento procuratório público**, sob pena de extinção do processo, nos termos dos art. 76, §1º, I do NCPC.

Itaporanga-PB, data e assinatura digitais.

**Juiz de Direito**



PETIÇÃO EM ANEXO.





AO JUÍZO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO nº: 0801366-06.2017.8.15.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO "DPVAT"

**ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUZA**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador devidamente constituído, vem a presença de Vossa Excelência expor para ao final requer o que se segue.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório "DPVAT", movida pela parte Autora em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, objetivando complementação do valor que lhe foi pago administrativamente a menor, em desconformidade com a Lei.

Nesse contexto, através da decisão de id. 14936096, o Douto Magistrado determinou a suspensão do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias para juntar aos autos instrumento procuratório público.

**No entanto, cumpre esclarecer que a parte Autora é pessoa de poucos recursos, além de estar desempregado conforme se observa da CTPS de id. 8924382, inclusive reitera o requerimento dos benefícios da justiça gratuita como posto na Declaração de hipossuficiência anexa aos autos (id. 8924369).**

Nesse sentido, é válido ressaltar que a exigência de Procuração Pública não se mostra medida razoável ao caso, uma vez que tal exigência afronta o princípio constitucional de acesso a justiça, ademais, o Autor devidamente intimado para emendar a inicial (Despacho – id. 9192787), juntou aos autos procuração a rogo (id. 10555529), assinada por duas testemunhas, de forma a regularizar a representação processual. Além de que, encontra-se sem condições financeiras de arcar com o ônus para realização do instrumento público.

No caso, a parte Autora além de analfabeta é pessoa de poucos recursos, não sendo razoável a exigência de procuração pública nesses casos, conforme entendimento dos **Tribunais**, vejamos:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com







**"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RELAÇÃO CONTRATUAL. EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL. DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA. EXIGÊNCIA RAZOÁVEL DE PROCURAÇÃO ORIGINAL ATUALIZADA. PROVIMENTO DO APELO.**

1. Trata-se de Apelação interposta nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Relação Contratual c/c Pedido de Repetição do Indébito e Indenização Por Danos Morais contra Sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, I e 284, do CPC/73, por defeito de representação não sanado pela parte autora. 2. A questão diz respeito à regularidade da representação processual da parte autora, notadamente quanto à necessidade ou não de outorga de procuração pública, por se tratar de pessoa analfabeta. 3. Em regra, nas circunstâncias em que o outorgante é analfabeto, exige-se que a constituição de representante se dê por meio de procuração pública, por trazer maior segurança. **No entanto, nota-se que a parte autora, além de analfabeta, é beneficiária da justiça gratuita, indicando que ela não tem condições de arcar com as custas processuais.** 4. **Não seria razoável exigir-se a procuração pública no caso dos autos, sob pena de ofensa ao princípio de Inafastabilidade da Jurisdição, devendo-se abrandar tal imposição.** 5. Se por um lado a exigência de instrumento público de procuração deva ser mitigada quando confrontada com o princípio do acesso à justiça, por outro se mostra plenamente admissível, visando resguardar os interesses da parte analfabeta, exigir que o instrumento de procuração acostado aos autos por seu advogado seja original e atualizado. 6. Recurso que se dá provimento". (TJ-PE - APL: 5113944 PE, Relator: Sílvio Neves Baptista Filho, Data de Julgamento: 10/10/2018, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 18/10/2018)

Por todo o exposto, **REQUER** a Vossa Excelência a compreensão da situação para que conceda os benefícios da justiça gratuita ao Autor conforme requerido na inicial, a fim de que seja oficiado o Cartório de Notas, para proceder com a Procuração Pública do Autor de forma gratuita, com consequente recebimento da inicial e prosseguimento ao feito.

**Nestes termos,**

**Pede e espera deferimento.**

Itaporanga/PB, 14 de Dezembro de 2018.

**HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO**

**OAB/PE 25.252**

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Itaporanga**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801366-06.2017.8.15.0211  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
AUTOR: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA**

Vistos etc.

Trata-se de ação proposta por **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, todos devidamente qualificados.

Determinada a regularização da representação por duas vezes, a parte não cumpriu com o determinado, preferindo oferecer escusas para não cumprir o comando judicial.

**É o breve relatório. Decido.**

Defiro a gratuidade de justiça (art. 98 do NCPC)

Dispõe o art. 76, §1º do CPC:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

§ 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;

No caso, a decisão foi suficientemente clara ao exigir da parte o dever de regularizar a representação, anexando PROCURAÇÃO FIRMADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO.

Contudo, apesar de intimada em duas ocasiões, a parte autora não cumpriu o determinado, limitando-se a juntar petições que não atendiam ao comando judicial.

Nesse panorama, imperiosa é a decretação do indeferimento da peça proemial, posto que desatendidas as prescrições legais aplicáveis à espécie.

Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, resolvo o feito, **SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**.

Sem condenação em custas, vez que a autora é beneficiária da gratuidade de justiça.

Deixo de condenar em honorários, porquanto não angularizada a relação processual

Transitada esta em julgado, após as cautelas de estilo, arquivem-se os presentes autos.

Registrado eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.

Itaporanga-PB, data e assinatura digitais.

**Juiz(a) de Direito**



Recurso de Apelação em anexo





AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

**ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA**, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que move contra a empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, já qualificada, seu procurador *infra-assinado, data máxima vênia*, não se conformando com a **r. Sentença id. 27683244**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **tempestivamente**, interpor

## RECURSO DE APELAÇÃO

com arrimo no art. 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil, para o **Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba - TJPB**, apelação esta, cujas razões seguem em anexo.

Ademais, é válido salientar que o Recorrente deixou de recolher as custas processuais (preparo) em razão de ser beneficiário da Justiça Gratuita, de acordo com art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c art. 98 do CPC, como se observa no **id. 27683244** dos autos.

Desta forma, requer a Vossa Excelência que digne-se em determinar a remessa dos autos, juntamente com o presente RECURSO, para superior instância, para que lá, sejam as razões em anexo devidamente apreciadas e **DATA MÁXIMA VÊNIA** absolutamente PROVIDAS.

**NESTES TERMOS,**

**PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**

Itaporanga/PB, 13 de Maio de 2020.

**HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO**

OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





## RAZÕES DE APELAÇÃO

PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

RECORRENTE (AUTOR): ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA

RECORRIDO (RÉU): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

JUÍZO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

**EGREGIO TRIBUNAL  
COLEDA TURMA  
DISTINTOS JULGADORES**

O Recorrente pretende pelo presente recurso, a *NULIDADE* da sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 1ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga/PB, a qual **indeferiu a inicial, extinguindo o feito sem resolução de mérito, sob fundamento da necessidade da procuração ser firmada por instrumento público, haja vista o Recorrente ser analfabeto, em afronta aos princípios da razoabilidade, inafastabilidade da jurisdição e acesso a justiça.**

Assim, a referida decisão deverá ser **anulada in totum**, por esse **Egrégio Tribunal**, e, acaso assim não entenda o Douto Julgador, deverá ser reformada, uma vez que está em desacordo com as normas legais vigentes, bem como com a jurisprudência pátria, pelo que passamos a expor os fundamentos do pedido.

### 1. DA SÍNTESE DA LIDE E DOS FUNDAMENTOS PARA ANULAÇÃO DA SENTENÇA.

Trata-se de **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT**, proposta por **Antônio Agostinho de Sousa**, ora Recorrente, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, objetivando o pagamento complementar da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, em decorrência do acidente automobilístico, do qual fora vítima.

Inicialmente, ao receber a inicial o **juízo a quo determinou a emenda a inicial** para que fosse juntado aos autos **instrumento procuratório público**, uma vez que o **Recorrente trata-se de pessoa analfabeta (id. 9192787)**.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





Nesse contexto, cumpre ressaltar que a parte Recorrente/Autora cumprindo a determinação contida no **despacho id. 9192787**, anexou aos autos **procuração a rogo (id. 10557034)**, devidamente assinada por duas testemunhas, **a fim de regularizar a representação processual**, nos termos do art. 595 do CC.

Ocorre, Douto Julgador, que mesmo após a juntada da procuração a rogo, devidamente assinada por duas testemunhas, o juízo a quo novamente determinou a juntada de instrumento procuratório público (id. 14936096).

Nesse sentido, o Recorrente peticionou (id. 18463711), **informando a impossibilidade de custear as despesas com a procuração pública**, haja vista tratar-se de **pessoa de poucos recursos**, além de que já havia anexado aos autos **procuração a rogo (id. 10557034)**.

No entanto, o Recorrente foi surpreendido com a **sentença de extinção do feito**, sob o fundamento do **não atendimento das determinações judiciais relacionadas a apresentação do instrumento procuratório público**, mesmo tendo juntado aos autos o **instrumento de procuração a rogo**, regularizando a representação processual.

Deste modo, resta caracterizado a afronta aos princípios da razoabilidade, inafastabilidade da jurisdição e acesso a justiça, razão pelas quais, é medida que se impõe ao caso, a **NULIDADE da r. sentença**.

Senão vejamos.

No caso, a ação foi extinta sem resolução de mérito, por ausência de regularização da representação processual.

Como exposto, a parte Recorrente/Autora cumprindo a determinação contida no **despacho id. 9192787**, anexou aos autos **procuração a rogo (id. 10557034)**, **devidamente assinada por duas testemunhas**, a fim de **regularizando a representação processual**, nos termos do art. 595 do CC, *in verbis*:

**Art. 595. No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.**

Desta forma, **revela-se contrária ao espírito da Lei**, a exigência que subordina o ajuizamento de ação por pessoa analfabeta à outorga de procuração pública, quando **existe instrumento particular assinado por duas testemunhas (id. 10557034)**, em conformidade com o **artigo 595 do CC** e em respeito aos **princípios da razoabilidade**, da **inafastabilidade da jurisdição** e ainda preserva a intenção de proteção ao analfabeto, e,

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





principalmente, do acesso à justiça.

Nesse sentido, é o entendimento desse **Egrégio Tribunal**, bem como, dos demais **Tribunais**, vejamos:

**TJPB:**

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO PACTUADO. AUSENTE VICIO CONSENTIMENTO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. IRRESIGNAÇÃO. PESSOA ANALFABETA. PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. ARTIGO 595 DO CC. AUSENTE ASSINATURA DE TESTEMUNHAS. NÃO CONHECIMENTO. No caso, tratando-se de pessoa não alfabetizada, deve vir junto aos autos, procuração com assinatura a rogo, subscrita por duas testemunhas. (...) (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00007558220148150311, - Não possui -, Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS , j. em 05-10-2017) (TJ-PB 00007558220148150311 PB, Relator: DES. LEANDRO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 05/10/2017) (Grifamos)

**TJPE:**

"DIREITO CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUTORA ANALFABETA. EXIGÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. 1. A questão deve ser analisada levando-se em conta a situação de miserabilidade jurídica da autora, ora apelante, vez que litiga sob o pálio da gratuidade da justiça, por ser pobre na acepção jurídica do termo. 2. É certo que a procuração pública, lavrada em cartório oficial, não é gratuita, de modo que demandaria pagamento por parte da apelante não alfabetizada, o que, no caso, oneraria o acesso dela à justiça. 3. Revela-se contrária ao espírito da Lei, a exigência que subordina o ajuizamento de ação por pessoa analfabeta à outorga de procuração pública, quando existe instrumento particular assinado por duas testemunhas e passível de ratificação. 4. Ademais, há possibilidade da representação processual ser sanada, também, através de audiência para ratificação do mandato, comparecendo a parte e o advogado perante o juízo; hipótese esta que respeita a Lei nº 1.060/50, o princípio da razoabilidade, da inafastabilidade da jurisdição e ainda preserva a intenção de proteção ao analfabeto". (TJ-PE - APL: 3846828 PE, Relator: Márcio Fernando de Aguiar Silva, Data de Julgamento: 11/06/2015, 1ª

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com





Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, Data de Publicação:  
14/07/2015) (Grifamos)

**TJMA:**

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PESSOA ANALFABETA. PROCURAÇÃO A ROGO. EXTINÇÃO PREMATURA DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 595 DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES. PROVIMENTO DO APELO. SENTENÇA ANULADA. PROSSEGUIMENTO DO FEITO. UNANIMIDADE. I - Ainda que a pessoa analfabeta tenha capacidade negocial reduzida, não há razoabilidade em se exigir daquela, procuração pública para ingressar em juízo, uma vez que a legislação prevê a forma menos onerosa e que deve ser aplicada por analogia ao caso concreto, conforme precedentes desta Câmara. II - Processo extinto prematuramente. III - Apelo provido à unanimidade". (TJ-MA - APL: 0259972015 MA 0000590-37.2014.8.10.0032, Relator: CLEONICE SILVA FREIRE, Data de Julgamento: 14/03/2016, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/03/2016)(Grifamos)

Assim, portanto, considerando que existe instrumento particular assinado por duas testemunhas (id. 10557034), em conformidade com o artigo 595 do CC e em respeito aos princípios da razoabilidade, da inafastabilidade da jurisdição e ainda preserva a intenção de proteção ao analfabeto e, principalmente, do acesso à justiça, é medida que se impõe ao caso a ANULAÇÃO DA R. SENTENÇA, no sentido de determinar o regular prosseguimento do feito.

## 2. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **REQUER** o Recorrente, se digne o Douto Relator Julgador, com a acuidade e experiência que lhe é peculiar, em acolher as razões jurídicas constantes no presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, dando-lhe **PROVIMENTO**, para **ANULAR a r. sentença de primeiro grau**, no sentido de **dar prosseguimento do feito**, determinando a CITAÇÃO da recorrida, em observância aos princípios da razoabilidade, da inafastabilidade da jurisdição e proteção ao analfabeto, bem como do acesso à justiça;

É o que espera, por ser uma medida de inteira JUSTIÇA.







Itaporanga/PB, 13 de Maio de 2020.

**HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO**  
**OAB/PE 25.252**

---

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE  
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036  
hmc.advocacia@gmail.com



Assinado eletronicamente por: HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO - 13/05/2020 15:12:41  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20051315124151600000029417185>  
Número do documento: 20051315124151600000029417185



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Itaporanga**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

**DESPACHO**

**Vistos etc.**

**Interposto recurso de apelação pela parte e vindo os autos conclusos para fins de eventual juízo de retratação, nos termos do Art. 331 do CPC, mantenho a sentença recorrida com base em seus próprios fundamentos.**

**Cite-se a parte demandada para responder ao recurso interposto no prazo de 15 dias, conforme o Art. 331, §1º, do NCPC.**

**Após as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao Egrégio TJPB (art. 1.010, §3º, do NCPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (art. 932 do NCPC).**

**Itaporanga, data e assinatura digitais.**

**Juiz(a) de Direito**

